

# Boletim Informativo

## Projeto de Extensão Direito à Cidade e as lutas pelo espaço urbano:

### necessidades radicais e utopia

Edição nº 2, 5 de junho de 2020

*Rafael Faleiros de Padua*

**E**sse boletim procura ser ao mesmo tempo um meio de divulgação das atividades do Projeto de Extensão “Direito à Cidade e as lutas pelo espaço urbano: necessidades radicais e utopia” (PROBEX/UFPB, 2020) e também uma forma de sistematizarmos uma reflexão possível sobre a realidade urbana nesse momento de precarização da vida dos moradores mais pobres da cidade diante da expansão do Covid-19. O projeto de extensão, que é realizado na parceria do Grupo de Estudos Urbanos da UFPB junto com os movimentos sociais reunidos no Fórum Estadual da Reforma Urbana da Paraíba, Ministério Público Federal da Paraíba e Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, reúne estudantes de graduação dos cursos de Geografia e Direito, professores de Geografia e Gestão Pública (e incidentalmente a participação de professores de Arquitetura), representantes dos movimentos sociais e do Ministério Público e conta com a ajuda fundamental de lideranças comunitárias que são uma das mediações para aproximarmos da realidade vivida nas periferias da cidade.

Há algumas semanas começou a realizar suas atividades o Projeto de Extensão “Planejamento e Desenvolvimento Urbano Sustentável X Direito à Cidade: diálogos e experiências de planejamento urbano em contexto de conflitos socioambientais” (UFPB no seu Município/UFPB, 2020), coordenado pelo Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento, que atuará de forma bem próxima ao nosso projeto, juntando esforços nesse processo de troca concreta entre a Universidade e a Sociedade, num processo de construção de conhecimento e também de ações de lutas por direitos sociais.

Assim, mesmo que os projetos de extensão se propõem a ser uma das funções da universidade, junto ao ensino e à pesquisa, verificamos que eles também se realizam como pesquisa e também ensino,

tanto para as equipes da universidade quanto para os companheiros dos movimentos, das comunidades e das entidades que atuam conosco e são fundamentais para o avanço do conhecimento e da ação em direção a uma cidade mais justa para todos.

Nesse momento, em que a pandemia do Covid-19 continua a se expandir no espaço urbano tanto em número de casos quanto territorialmente e avançando para as periferias, torna-se mais do que nunca necessário um olhar mais atento para a realidade dos bairros mais pobres e que vêm sofrendo de modo mais drástico os impactos da pandemia. Nas últimas semanas, nosso projeto passou a atuar junto a uma articulação nacional para o monitoramento da Covid-19 nas favelas, periferias, ocupações e junto a grupos sociais os mais desprovidos de direitos no sentido de identificar se há violações de direitos sociais básicos por parte do Estado (em suas três esferas) para essas populações, denunciando as violações e propondo medidas para a oferta de direitos. Foi nesse contexto que nos aproximamos da Comunidade do Cajá, entrando em contato com uma de suas lideranças comunitárias, com que estamos dialogando e levantando mais elementos da realidade vivida concretamente pelos pobres da cidade.

Sempre estamos salientando que nossas atividades se realizam na troca entre estudantes, pesquisadores, militantes, professores, lideranças comunitárias e moradores para, juntos, construirmos um conhecimento que identifique os conflitos e as contradições vividas para auxiliar em ações de lutas por direitos. Dessa forma, todo o processo de construção do debate, das mediações, das atividades e de redação e divulgação dos resultados nos interessa. Esse boletim então representa um momento desse processo, que não se pretende fechar nenhuma questão, se realizando como um ensaio de possibilidades, tanto para a compreensão da realidade quanto para a ação de luta

por emancipação das populações pobres da cidade. Por isso a noção de Direito à Cidade se coloca para nós como uma noção referencial que orienta em direção à utopia da cidade enquanto direito ela mesma, como um lugar de apropriação e realização concreta da vida de todos.

### **As questões que se apresentam para o conhecimento e para a ação**

Nesse momento, o enfrentamento da expansão da pandemia do Covid-19 em lugares já muito precarizados da cidade continua sendo a urgência. Em conversa que tivemos com agente de saúde da Zona Sul de João Pessoa e para a qual perguntamos qual era a necessidade básica da população mais pobre, ela disse que a primeira necessidade é resolver o problema da fome, pois muitas famílias estão em uma situação de extrema pobreza. Ou seja, antes de equipamentos de proteção sanitária e de limpeza, fundamentais nesse momento, a pandemia agrava uma questão que já é um problema histórico do país e que vem se piorando nos últimos anos. Essa questão posta pela agente de saúde revela a imensa importância das ações de redes de solidariedade que nesse momento vêm atuando nas periferias e tentando levar os materiais básicos para a sobrevivência das famílias e também informação e, de alguma maneira, uma politização no interior da classe trabalhadora, pois se trata de ações de movimentos dos pobres para salvar os pobres.

Nessa época em João Pessoa e região a esse problema do avanço da pandemia e da pobreza absoluta, junta-se a questão das enchentes e riscos em ocupações, favelas e bairros que estão em fundos de vale ou em encostas. Essa é uma questão que revela também o modo que a cidade é produzida e nos leva a refletir sobre os fundamentos sociais (e não naturais) desses processos.

Diante dessas questões, é preciso trazer os problemas concretos vividos pelas populações que não têm seus direitos garantidos, que muitas vezes se sentem sem interlocução para a busca por esses direitos. Nesse contexto, há urgências (alimentos, materiais de limpeza, higiene e de proteção sanitária), mas há também todo um conjunto de necessidades que se colocam no horizonte da cidade enquanto direito que reúne inúmeros outros direitos e que não se fecha, onde sempre há novas possibilidades. As esperanças e as lutas têm que, necessariamente, vislumbrar as possibilidades postas para além da sobrevivência mínima, em direção a muitos direitos que nem sequer

são cogitados e não têm como emergir em contexto de tanta urgência do básico. Nesse sentido, a luta nesse momento é pelo básico e pela vida, já que ela está em risco muito evidente, mas necessariamente a luta é mais ampla, é por consciência (pensamento autônomo) e por emancipação social.

# O ponto cego da solidariedade em tempos de pandemia

*Maria Tatiana Pinho da Silva Santos*

Recebi a proposta do coordenador desse projeto para fazer um relato pessoal sobre a quarentena, uma vez que sou moradora de uma comunidade, desta forma, adiantando que esse texto traz minhas angústias de residente, e inquietudes de uma estudante de Geografia. Poderia descrever aqui que muitos não respeitam o isolamento, alguns por necessidade e outros por teimosia, e que isso me preocupa, por conta da propagação do vírus covid-19. Mas aqui quero chamar a atenção para algo que talvez passe despercebido, nesses tempos calamitosos, que é conhecido como “ponto-cego”.

Sabe-se que, boa parte dos moradores de favelas, vivem de forma precária, alguns mais, outros menos. E que cada lugar seja ele qual for, tem particularidades, inúmeras realidades, e muitas verdades, que nem sempre é aquela que está no imaginário popular. Aqui na Comunidade Santa Clara o desamparo de políticas públicas é evidente, mas a apatia para lutar e reivindicar é ainda maior. Logo, em momentos como o atual, de quarentena, soluções quando chegam, são baseadas na abordagem que, a favela é um espaço que precisa de ajuda, e essa ajuda é sempre a de provimento. Na maioria dos casos, a resolução é o envio e distribuição de cestas básicas e produtos de higiene. Obviamente essas ações ajudam muito, porém há certa obscuridade no campo do entendimento sobre a particularidade de cada localidade, e suas maiores necessidades. Eu explico...

As necessidades básicas nem sempre são alimentos (em muitos casos emergencialmente são), mas até mesmo para resolver o problema imediato da fome, há condições necessárias para transformar mantimento em comida, como um fogão, panelas, gás de cozinha, e água potável o que implica em impedimento para algumas famílias que estão muito precarizadas. Outra questão são as quantidades distribuídas, que nem sempre é suficiente para todos residentes. Pois no momento da distribuição todos querem, embora não sejam todos moradores (famílias) que necessitem. Há uma brutalidade e egoísmo gritantes, mesmo em momentos críticos quando a solidariedade deveria existir, e por tal, muitos que realmente precisam acabam ficando sem, em uma disputa para ganhar a ajuda emergencial. Além do mais, sem desdenhar a cesta básica, mas como o próprio nome diz, ela é básica, vêm apenas alguns itens de mercearia, não suficientes para a alimentação de algumas famílias que são muito numerosas nesse espaço, logo,

acaba rapidamente.

Dentre vários fenômenos sociais decorrentes na favela, o aspecto econômico não é o único fator nem determina e define de forma mais forte a complexidade do problema maior que é a alienação. Ou seja, muitos não têm consciência do papel que desempenham nos processos sociais. Percebo que os indivíduos perderam o contato com a totalidade das estruturas. Essa visão parcial faz com que eles não compreendam as forças que atuam sobre suas vidas. Essa alienação não recai somente no campo social, mas também no econômico e intelectual. Parte do ponto de vista de uma classe dominante, influenciando e ditando modos, costumes e atitudes no qual não está sendo percebido sequer questionado pela “periferia”. Uma contradição entre a precariedade da vida e a conscientização política diante dessa precariedade.

Isso para mim é preocupante, pois daqui alguns meses o isolamento social vai acabar, e provavelmente as ajudas (cestas básicas e materiais de limpeza) não vão mais chegar. E como os moradores irão ficar? Que mudança, ou proposta de transformação aconteceu aqui? Os que passam fome continuarão a passar...

Meu relato não tem a intenção de menosprezar, cobrar, ou julgar as ajudas emergenciais, quando essas acontecem, e sim promover uma reflexão, pois não há como crescermos como sociedade se algumas questões não forem levantadas. Quando se fala de justiça social e as lutas pela dignidade própria e do outro, precisamos trabalhar em uma perspectiva emancipatória onde TODOS compreendam e busquem ser reconhecidos como verdadeiros sujeitos políticos e de políticas. Além dos direitos de subsistência.

Sinto falta de um processo ou projeto de construção coletiva da conscientização realizado aqui na comunidade, mesmo em tempos de polarização política. A participação social e da “periferia” é um passo bastante importante na luta contra a alienação econômica e intelectual. Na atual conjuntura, sentimentos verdadeiramente humanistas e projetos de politização precisam ser resgatados, por mais que estejamos contagiados pela possível impotência, demasiada pela ilusão alegórica de estar pregando no deserto. Há muitos que desejam despertar, acreditem, este sonho antes de tudo é possível. Falta apenas forças para somar e pensar formas de executar.

# A extensão e a intenção

*Maria Tatiana Pinho da Silva Santos*

A extensão universitária é a ação da universidade junto à comunidade, que possibilita o compartilhamento com o público externo, o conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. Ou seja, levar possibilidades e desafios para fora dos muros da academia, a população em geral. A partir dessa informação, analisemos alguns aspectos...

Sabemos que o acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade ainda é elitizado no país, o acesso dos mais pobres e estudantes-trabalhadores ainda é minoritário, devido à dedicação exigida na formação universitária. Partindo do pressuposto que, majoritariamente uma determinada camada social, aqui colocada como privilegiada, frequente e faz a universidade, os poucos estudantes-trabalhadores resistentes nesse ambiente, ficam de fora da participação nos cursos de extensão, projetos de pesquisa, grupos de leitura, entre outros. Logo, a participação desses sujeitos na construção dos projetos é restrita, pois muitos alunos trabalhadores não disponibilizam de tempo para se dedicar às atividades extracurriculares. Pois bem, os projetos extensionistas são condicionados em sua elaboração e criação por quem pode estudar em período integral. Esse privilégio pode demonstrar algumas situações, que gostaria de debater.

A condição da classe trabalhadora traz consigo um conjunto de entendimentos, inúmeros pontos de vista, e contribuições para o conhecimento científico. Quando trabalhamos em um projeto de extensão que não inclui, e aqui me refiro à inclusão de estudantes-trabalhadores no processo interno, perde-se um escopo muito importante na elaboração e percepção de alguns projetos. Pois, alguns discernimentos e visões muitas vezes não são contemplados. Portanto quem pensa hoje em como fazer, e executar, submetendo os projetos a editais é um grupo privilegiado que muitas vezes não tem a compreensão do todo, por não vivenciar certas situações integralmente fora da academia. E aqui chegamos ao cerne da questão, pois o público que o projeto muitas vezes quer atingir, e pesquisar, nem sempre está inserido no ambiente cotidiano de alunos e professores integrantes e formuladores de pesquisa, mas está no ambiente do trabalhador.

No espaço da extensão, grande parte apresenta alguma carência ou urgência de auxílios (escola, comunidade, hospital, periferia entre outros) já existe territorialidade,

costumes, hábitos, e conformidades que talvez sejam bem diferentes ou distantes daquele vivido ou conhecido pelo pesquisador, portanto a execução do projeto deve ser realizada de forma empática. Não podemos esperar que nossos participantes interajam sem sentimentos, experiências, histórias, motivações pessoais, preconceitos, crenças, etc. O debate aqui proposto vem questionar a atuação dentro desses lugares e se abrange o ato da consideração, sensibilidade, e principalmente qual abordagem é dedicada às identidades que ali vivem, ou frequentam. E não as usar apenas de “cobaias” objetivando somente chegar a um resultado e mostrá-lo nos ambientes acadêmicos. Busquemos construir coletivamente o protagonismo do “objeto” de estudo, transformando-o em sujeito no processo da pesquisa, respeitando toda a dimensionalidade que abarca essa experiência.

A sensibilização é importante no processo educacional. Relembremos Paulo Freire\* em sua essência, que trabalhou a perspectiva da educação como prática de liberdade, e buscava um diálogo entre o conhecimento científico e saber popular. Sua metodologia de abordagem anti-opressiva e não autoritária, trouxe uma pedagogia dialógica e respeitosa. Desenvolvendo assim a comunhão, enriquecendo e tornando humanas as discussões. Encerro aqui trazendo uma proposta Freiriana; vamos fazer com que os projetos universitários e mais especificamente a extensão, resgate a cidadania, sem propósitos rasos? E jamais adentrar em ambientes já fragilizados, com propostas de “remendos” e sim buscar alternativas significantes. Não esquecendo o compromisso da pesquisa e da ciência, aliando o potencial criativo dos sujeitos desta. Assim tornando-nos agentes de uma transformação verdadeiramente efetiva.

## Bibliografia:

Giroto, E. D. A classe trabalhadora vai a universidade: análise das implicações político-pedagógicas a partir dos dados do departamento de Geografia – USP. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE). V. 13, n. 20, p. 209-235, 2017, <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6909>>.

GALIAN, C. V. A. and CARVALHO, M. P. O que Paulo Freire tem a ver com a educação superior? [online]. SciELO em Perspectiva: Humanas, 2018 [viewed 30 May 2020]. Available from: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/09/12/o-que-paulo-freire-tem-a-ver-com-a-educacao-superior/>

\*Paulo Freire: foi um educador e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira.

# Informe das atividades do FERURB-PB

*Roberto Guilherme da Silva  
(Coordenador do FERURB-PB/MNLM-PB)*

A coordenação do FERURB-PB (Fórum Estadual da Reforma Urbana da Paraíba), durante essa pandemia, está se encontrando semanalmente, por videoconferência, todas as sextas feiras das 19:30 às 21hs. Estamos acompanhando a situação das famílias que estão sofrendo com as enchentes das últimas chuvas, ocorridas entre abril e maio de 2020. Durante o mês de abril do corrente ano o FERURB-PB entregou aproximadamente 2000 mil cestas básicas a famílias que estão em situação de vulnerabilidade social. São famílias residentes nos municípios de João Pessoa, Bayeux, Conde e Santa Rita.

O FERURB-PB também vem, por meio de seu representante, participando assiduamente dos núcleos: PROJETO DE EXTENSÃO “Direito à Cidade e as lutas pelo espaço urbano: necessidades radicais e utopia” – PROBEX/UFPB, com os professores e alunos da universidade, assim como com representante do MPF-PB e da articulação nacional para o monitoramento do avanço da pandemia do Covid-19 nas periferias, coordenado pelo Observatório das Metrôpoles, pela Ong Habitat para a Humanidade e pelo coletivo BRcidades. Juntamente com o projeto de extensão iniciamos no final de 2019 um trabalho de esclarecimento sobre a regularização fundiária, na Comunidade do Grotão, em João Pessoa, quando atuamos na orientação dos moradores a requererem seus documentos de confirmação da propriedade de suas moradias.

Estamos trabalhando nesse momento no Comitê por Saúde e Direitos na Crise, junto com outras entidades, no sentido de atuar no enfrentamento do avanço da pandemia do Covid-19 na cidade.

Há alguns dias, entramos com uma ação contra a Prefeitura de João Pessoa, pois a mesma protocolou um projeto na Câmara Municipal para utilizar os recursos do FUNDURB (Fundo Municipal de Urbanização) em investimentos em áreas que não sejam ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social).

Estamos também efetivando a estadualização do FERURB-PB para as regiões Sertão, Borborema e Brejo. De junho a julho iremos elaborar o planejamento do segundo semestre para a atuação do FERURB-PB. Os movimentos sociais e as entidades em luta por uma cidade mais justa estão convidados a participar conosco em nossas ações e reflexões.

# A pandemia e as chuvas: o conflito entre o direito à moradia e a propriedade privada da terra

*Rafael Faleiros de Padua*

Os conteúdos da urbanização são compreendidos no modo como os moradores vivem concretamente o espaço urbano. No Brasil, tendo por fundamento o processo de formação histórica do país, há desigualdades socioespaciais muito evidentes na paisagem, mas escondidas ou mascaradas enquanto conteúdo concreto da realidade, pelas classes dominantes. Em João Pessoa, alguns dos bairros mais pobres e favelas estão “escondidos” inclusive pelo fato de estarem em fundos de vale ou em lugares nas bordas da periferia, em ocupações que evidenciam a luta pelo direito à moradia.

No momento atual em que a pandemia do Covid-19 avança e atinge os trabalhadores moradores da periferia, a realidade da população mais pobre de João Pessoa e região metropolitana se degrada ainda mais com os impactos de enchentes e riscos de deslizamentos. Os conteúdos desses processos não são simplesmente da esfera dos eventos da natureza ou uma questão puramente ambiental, mas tem seu fundamento na questão social, ou seja, nas relações sociais que produziram e produzem o espaço urbano. Assim como o impacto da pandemia do Covid-19, os bairros mais precários são também os mais expostos aos impactos das enchentes nesse período de chuvas. Segundo reportagem do jornal Brasil de Fato/PB, o volume de chuvas provocou muitos danos em Ocupações na Zona Sul e em Comunidades ribeirinhas do vale do Rio Jaguaribe<sup>[1]</sup>.

As desigualdades sociais gritantes que visualizamos na paisagem das cidades brasileiras só se perpetuam por um processo de naturalização e mascaramento dos seus fundamentos sociais. Quando ocorrem as enchentes, o ponto de vista hegemônico (do Estado, dos proprietários de terras, dos empresários) não questiona a propriedade privada da terra, que impede o acesso dos pobres ao espaço da cidade, mas muitas vezes questiona o fato das populações pobres estarem ali, em planícies de inundação dos rios, que nos períodos chuvosos transbordam. Do ponto de vista do morador pobre, o que é vivido é a precariedade numa realização da vida urbana possível em um contexto de uma sociedade que não garante direitos básicos. Muitas vezes, os discursos hegemônicos apresentam os impactos devastadores de enchentes e chuvas fortes sobre a população pobre

como algo causado por eventos naturais extraordinários ou ainda como uma questão ambiental, em que as vítimas do processo social de produção da cidade são apontados como causadores desses impactos, já que foram se estabelecer nesses lugares.

Tanto os impactos da pandemia do Covid-19 quanto das enchentes expõem e mesmo escancaram as inúmeras desigualdades de direitos entre os moradores da cidade e podem nos direcionar à compreensão dos conflitos e das contradições que são os fundamentos desses impactos. Aqui vamos ressaltar uma desigualdade de direitos que em nosso ponto de vista é um conflito permanente nas cidades brasileiras: a disputa entre o direito concreto à moradia e o direito abstrato da propriedade privada da terra. Estamos chamando de direito concreto à moradia porque morar em algum lugar é um elemento inerente ao humano. A esfera do habitar (que parte da necessidade concreta de moradia mas não se restringe a ela) remete ao processo de constituição do homem enquanto ser no mundo propriamente humano. Ou seja, o habitar é fundamental no processo de humanização e é uma necessidade radical do homem.

Do outro lado do conflito, nomeamos de direito abstrato da propriedade privada da terra o direito que o Estado garante aos proprietários na manutenção de suas propriedades, mesmo num contexto social onde ela se contrapõe a direitos básicos e concretos como o da moradia. A propriedade privada da terra no urbano é regulada segundo a Constituição Federal brasileira, o Estatuto da Cidade e os Planos Diretores, mas ela acaba sendo um poder difícil de ser enfrentado pelos movimentos sociais que lutam pelo direito concreto à moradia, devido ao fato de que o Estado brasileiro (em seus três níveis: municipal, estadual e federal) tem em sua construção histórica uma permanente dominação patrimonialista, ou seja, da classe dos proprietários. Estamos chamando de abstrato o direito à propriedade privada da terra porque ele permite a concentração dessa propriedade privada da terra em mãos de poucos proprietários (sendo que a concentração de propriedades não é uma necessidade concreta de nenhum indivíduo), determinando a produção de uma cidade necessariamente fragmentada e segregada, onde as populações mais pobres vão morar onde a coação do Estado e da propriedade

privada da terra lhes permite morar.

Esse conflito revela a contradição do espaço entre a cidade enquanto o lugar da realização da vida (uso) e a cidade enquanto o lugar da reprodução do valor de troca (o uso do espaço mediado pela lógica da mercadoria). Dessa forma, a garantia estatal da propriedade privada reproduz muitas vezes a ilegitimidade de sua concentração, afirmando-se, tanto o Estado quanto a propriedade, como abstrações concretas. São, dessa forma, determinações potentes na produção da desigualdade nas cidades, em que as classes sociais ricas (proprietárias) preservam privilégios e as classes sociais trabalhadoras (aquelas que precisam vender a força de trabalho) não têm direitos básicos garantidos, vivem a precariedade e lutam pela conquistas de direitos, entre eles o direito a uma moradia que permita o avanço em direção à necessidade fundamental de habitar a cidade.

[1] Reportagem de Cida Alves: “Comunidades sofrem com as chuvas, alagamentos e até água de fossa dentro das casas. Crianças, idosos, mulheres e homens têm barracos invadidos pela água da chuva e das fossas que estouraram”, Brasil de fato/PB, 23 de maio de 2020.

# Algumas redes de solidariedade na Região Metropolitana de João Pessoa

*Francisco Dantas Gadelha Júnior  
Janelson Louis Belarmino Rodrigues*

## MTD

O Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) “se constitui enquanto um movimento socioterritorial de luta por terra, trabalho e moradia em espaços denominados como ‘assentamentos rururbanos’.” (MENEZES; CARDOSO, 2017).

**Ação:** O MTD-PB junto com o Serviço Pastoral do Migrante, a Quarentena dos Amigos, coletivos locais e entidades como CRAS, UBS e Voluntários da Promotoria Pública formaram o Comitê de Combate a Covid-19. Eles prometem atuar por toda quarentena, na Região do Mário Andreazza, em Bayeux.

Para que a população em situação de vulnerabilidade mantenha-se em isolamento social, eles entregarão donativos mensalmente, como cestas básicas, produtos da Reforma Agrária, kits de higiene e máscaras.

**Fonte:** <https://www.instagram.com/mtd.paraiba/>

## MLB

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas consiste em um movimento de abrangência nacional que luta pela reforma urbana.

**Ação:** A campanha solidária do MLB Paraíba entregou máscaras, cestas básicas, kits de higiene e enxovais. Nessa ação, centenas de famílias foram beneficiadas. Locais que já foram ajudados: Comunidade São Rafael; Ocupação Nelson Mandela, no Bairro das Industrias; Ocupação Olga Benario, no Centro de João Pessoa e Comunidade do S, no Baixo Roger.

**Fonte:** <https://www.facebook.com/mlbparaiba/>

## Projeto Mulheres do Amanhã

Esse projeto tem como objetivo proporcionar o empoderamento feminino na Comunidade do Aratú, em João Pessoa.

**Ação:** O Mulheres do Amanhã distribuiu cestas básicas, máscaras e sabão líquido, em algumas comunidades de João Pessoa.

**Fonte:** <https://www.instagram.com/mulheresdoamanhajp/>

## Mães da Favela

É um programa da Central Única das Favelas

(CUFA). O intuito é ajudar mães solo de favelas.

**Ação:** O Mães da Favela tem distribuído a “Vale-Mãe”, uma bolsa de 120 reais, pelo aplicativo PicPay, e toneladas de alimentos por todo o Brasil. Na Paraíba, o programa entregou 2.000 “Vales-Mãe” e 9.350 cestas básicas.

**Fonte:** <https://www.maesdafavela.com.br/>

## MST

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra tem como proposta conquistar a terra por meio da luta e da organização. Essa é a primeira etapa para a realização da Reforma Agrária.

**Ação:** Na Paraíba, a “Leite Fraternal” tem distribuído leite para famílias em situação de vulnerabilidade social. Essa campanha é coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo Ministério Público Federal (MPF).

**Fonte:** <http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/covid-19-lancada-na-paraiba-campanha-de-solidariedade-2018leite-fraternal2019>

## O Movimento de Mulheres Olga Benário

O movimento tem o intuito de unir as mulheres na luta contra a opressão e a exploração da mulher na sociedade capitalista.

**Ação:** Criou a campanha de Rede de Apoio a Diaristas que tem o objetivo de arrecadar e distribuir cestas básicas e kits de higiene para mulheres e seus filhos.

**Fonte:** [apoia.se/apoioadiaristas](https://apoia.se/apoioadiaristas)

## Coletivo “LGBTQ+ Resistência”

Coletivo de João Pessoa que arrecada doações para população LGBTQ+ em situação de vulnerabilidade social.

## Mãos Solidárias

Ação nacional de iniciativa da Rede Periferia Viva. Vários movimentos sociais estão envolvidos.

**Ação:** Distribuição de alimentos e materiais de higiene para população de periferias distintas de João Pessoa. Os itens são arrecadados por meio das doações de moradores de condomínios e prédios.



### **Levante Popular da Juventude**

Jovens militantes que lutam pela transformação da sociedade.

**Ação:** Em parceria com o AJA (Associação Juventude em Ação), distribuíram as cestas arrecadas pelo Grêmio Wilma dos Santos Pereira, na Comunidade do Timbó, em João Pessoa.

**Fonte:** <https://www.instagram.com/levanteparaiba/>

### **Centro Cultural Piollin**

Organização Não Governamental que realiza oficinas de arte para crianças e adolescentes carentes.

**Ação:** Criaram a campanha Proteja o Roger. Em parceria com os mercadinhos locais, estão distribuindo cestas básicas e kits de higiene.

**Fonte:** <https://www.instagram.com/centrocultural-piollin/>

### **Fundação Margarida Maria Alves**

Entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, que defende os Direitos Humanos por meio da educação não-formal.

**Ação:** Campanha de doação de sabão ecológico e máscaras nas comunidades de João Pessoa.

**Fonte:** <https://www.instagram.com/fddhmma/>

### **Projeto Tecendo Solidariedade**

Produção e distribuição de máscaras para idosos em vulnerabilidade social, no bairro Grotão, em João Pessoa.

**Fonte:** <https://www.brasildefatopb.com.br/2020/05/04/projeto-tecendo-solidariedade-produz-mascaras-para-distribuir-no-grotao>

### **Referência:**

MENEZES, Hilário José; CARDOSO, Eduardo Schiavone. Território e territorialização: questões conceituais para uma abordagem e leitura dos movimentos sociais. : questões conceituais para uma abordagem e leitura dos movimentos sociais. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 18, n. 3, p. 101-123, set. 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5140>. Acesso em: 29 maio 2020.

## A cidade em tempo de pandemia: análise de dados do questionário sobre a realidade concreta dos bairros de João Pessoa e região metropolitana

Lucas Gabriel Feitosa Dantas

A partir da análise das respostas do questionário aplicado sobre a situação de moradores da cidade de João Pessoa nesse período de pandemia, foram observados alguns indicadores ligados ao covid-19, bem como questões socioeconômicas que auxiliam no entendimento dos dilemas sofridos por alguns moradores da capital paraibana e cidades vizinhas.

Ao todo, foram analisadas 184 respostas do questionário, no entanto, algumas foram excluídas por não fazerem parte do contexto que propusemos a analisar. Com isso, 181 respostas foram consideradas válidas para esse segundo boletim.

Dessa maneira, foi observado que diversos bairros, sendo a maioria deles advindos das cidades de João Pessoa, Santa Rita e Bayeux, computaram suas respostas. A proposta, nesse primeiro momento seria apresentar os dados coletados no questionário sob nova perspectiva. A apresentação seria ainda de cunho descritivo, no entanto que propusesse uma tabulação cruzada entre dois itens, considerados importantes, da nossa pesquisa.

Com isso, a análise inicial se tratou do cruzamento de um dado socioeconômico e outro relacionado ao covid-19. Buscamos saber entre os moradores que responderam estar desempregados, aqueles que não estão respeitando (ou não tem condições de respeitar) o isolamento social. Ao todo, 73 pessoas responderam que se encontram sem emprego nesse período de pandemia, já sobre a condição do isolamento social, 146 respostas foram “Sim”, 7 respostas “Não” e 28 respostas “Não tenho opção, pois preciso sair”. Lembrando que esta coleta se baseia no total da amostra, ou seja, 181 participantes.

Porém, pretendemos saber, nesse momento, quem está desempregado e mesmo assim, não respeita o isolamento social. Para isso, utilizamos a técnica descrita anteriormente, conhecida como tabulação cruzada. Dessa forma, foi verificado que do total que não está trabalhando nesse período, 64 pessoas conseguem respeitar o isolamento, enquanto outras 6 não respeitam e 3 não possuem opção e precisam sair de casa, como pode ser observado na tabela a seguir:

### Você está empregado(a)? \* Você está respeitando o isolamento social?

		Você está respeitando o isolamento social?			Total
		Não	Sim	Não tenho opção, pois preciso sair	
Você está empregado(a)?	Não	6	64	3	73

Por outro lado, se tomarmos as pessoas que estão empregadas, os dados indicam que grande parte consegue se manter isolada (82 pessoas), outras, não possuem essa mesma condição e precisam sair, como observado na segunda tabela.

### Você está empregado(a)? \* Você está respeitando o isolamento social?

		Você está respeitando o isolamento social?			Total
		Não	Sim	Não tenho opção, pois preciso sair	
Você está empregado(a)?	Sim	1	82	25	108

A percepção do uso de máscaras nas ruas pelos participantes do questionário foi bastante alta, uma vez que 177 pessoas responderam que costumam observar outros moradores utilizando o acessório ao sair de casa. E somente quatro pessoas responderam que não percebem outros utilizando a máscara. Vale considerar que essa é uma questão bastante individual, já que num mesmo local alguns responderam que perceberam e outros não.

Porém, se cruzarmos esta informação com a percepção sobre o aumento de casos nos bairros, verificamos que mesmo que a quantidade de pessoas contaminadas pelo covid-19 esteja aumentando, muitos ainda observam que a prevenção com o uso de máscaras é parcial por grande parte dos moradores, vizinhos etc. 108 respostas foram computadas quanto ao cruzamento entre a utilização da máscara na rua e o aumento do número de pessoas infectadas, como pode ser observado na seguinte tabela:

**O número de pessoas infectadas pelo covid-19 em meu bairro tem crescido nos últimos dias? \* Os moradores do meu bairro vêm utilizando máscaras nas ruas?**

		Os moradores do meu bairro vêm utilizando máscaras nas ruas?			Total
		Não	Sim	Parcialmente	
O número de pessoas infectadas pelo covid-19 em meu bairro tem crescido nos últimos dias?	Não	0	13	19	32
	Sim	4	37	108	149
Total		4	50	127	181

Também foi avaliada a consciência dos moradores frente à necessidade do isolamento social. Ao todo, 28 respostas indicaram que esses participantes pareciam não saber sobre a importância de haver quarentena, distanciamento social ou uso de máscaras. Novamente, a quantidade de respostas obtidas é próxima de outras questões relacionadas ao isolamento social.

Quanto ao funcionamento de atividades não essenciais durante o período de pandemia, 72 respostas foram computadas e indicaram que essas pessoas percebiam comércio e outras variedades de mercados abertos. Grande parte das respostas vieram justamente de bairros com atividade comercial significativa como os de Mangabeira e Bancários em João Pessoa.

Sobre a circulação de pessoas nas ruas foram obtidas 164 respostas que informaram a percepção de muitos moradores circulando em seus bairros. O que torna a situação crítica em algumas localidades, já que vai de encontro às recomendações da quarentena orientadas durante a pandemia. Pela interpretação dos dados sobre o uso de máscaras na rua, verifica-se que a maioria pode estar utilizando o acessório ao sair de casa.

O intuito dessas análises se baseia na possibilidade de cruzamento de dados e assim obter novos olhares frente às respostas obtidas. Vale considerar que, as amostras são de um determinado período e pode não representar a situação atual dos bairros destacados. Dessa forma, espera-se ter cada vez mais novas informações a respeito da situação dos moradores do contexto paraibano, e a partir desse panorama, partirmos para a divulgação de novos resultados nesse período de pandemia.

# Considerações sobre o avanço da pandemia entre 15/05 e 03/06 em João Pessoa

Rafael Faleiros de Padua

Segundo dados da Prefeitura Municipal de João Pessoa, no dia 03 de junho há 3930 casos confirmados de Covid-19 na cidade. No dia 14 de maio, a cidade de João Pessoa tinha 1368 casos confirmados e, observando por bairro, podemos visualizar algumas questões sobre a expansão do Covid-19 no espaço da cidade através da tabela abaixo:

Posição 14-5/03-6	Casos Covid-19 João Pessoa			% de aumento
	Bairros	14/05	03/06	
1º/1º	Mangabeira	96	280	292%
2º/3º	Manaíra	85	183	215%
3º/2º	Cristo Redentor	68	229	337%
4º/4º	Valentina	56	163	291%
5º/5º	Cruz das Armas	51	154	302%
6º/6º	Gramame	49	141	288%
7º/20º	Altiplano	42	83	198%
8º/8º	Bairro dos Estados	40	115	287%
9º/18º	José Américo	37	87	235%
10º/14º	Bancários	36	96	267%
11º/23º	Tambaú	35	68	194%
12º/25º	Aeroclube	34	61	179%
13º/19º	Ernesto Geisel	34	93	274%
14º/10º	Oitizeiro	33	109	330%
15º/7º	Bairro das Indústrias	32	123	384%
16º/21º	Jardim Oceania	32	75	234%
17º/13º	Mandacaru	32	101	316%
18º/26º	Miramar	32	61	191%
19º/12º	Torre	32	105	328%
20º/11º	Bessa	31	108	348%
21º/19º	Funcionários	31	84	271%
22º/16º	Jardim Cidade Universitária	28	90	321%
23º/9º	Centro	26	109	419%
30º/17º	Jaguaribe	19	89	468%
João Pessoa		1368	3930	287%

Fontes: Site da Internet da Prefeitura de João Pessoa/painel Covid-19: <https://experience.arcgis.com/experience/d76ba516389d4e83b9a778d266cac5c1/>; Site da Internet do Governo do Estado da Paraíba: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/>; Site da Internet ParaíbaOnline: <https://paraibaonline.com.br/2020/05/joao-pessoa-tem-58-bairros-com-casos-de-covid-19/>; consultados em 03/06/2020.

Elaboração: Rafael Faleiros de Padua.

Na distribuição espacial desses dados, verifica-se que há um aumento do número de casos em todas as regiões, mas nota-se o maior aumento em bairros centrais empobrecidos e em bairros periféricos, com poucas exceções. Chama a atenção bairros centrais como Jaguaribe (com 89 casos de residentes confirmados em 3/6 e 468% de aumento no número de casos em relação ao número de 15/5) e Centro (com 109 casos em 3/6 e 419% de aumento em relação ao número de 15/5) como os bairros que tiveram maior crescimento, embora no contexto geral dos bairros sejam 17º e 9º, respectivamente, em número de casos. Na região mais central chama a atenção também o bairro da Torre (com 105 casos em 3/6 e um aumento de 328% em relação ao número de 15/5). Entre os bairros periféricos, chama a atenção o aumento no Bairro das Indústrias (com 123 casos em 3/6 e um aumento de 384% em relação ao número de 15/5), Oitizeiro (com 109 casos em 3/6 e aumento de 330% em relação ao número de 15/5) e Mandacaru (com 101 casos em 3/6 e um aumento de 316% em relação ao número de 15/5). No entanto, mesmo verificando que há um maior aumento em alguns bairros, o que é preciso salientar, sobretudo naqueles mais pobres onde há mais dificuldades para a realização de isolamento social necessário para diminuir o contágio, assim como de acesso a materiais de proteção sanitária e mesmo elementos básicos para a sobrevivência, como alimentos e produtos de higiene e limpeza, verificamos que todas as regiões da cidade ainda observam um crescimento do número de casos entre as duas datas consideradas. Entre os vinte bairros que apresentavam o maior número de casos na data de 15/05/2020, considerados na tabela, o que obteve o menor índice de aumento nos casos em relação a 03/06/2020 foi o Aeroclube, com um aumento de 179%, o que assim mesmo ainda é um número considerável. É preciso salientar também que esses dados organizados por divisão em bairros da Prefeitura necessitam de dados mais precisos para que a sua expressão espacial fique mais precisa e que realidades concretas de determinados lugares mais precários que outros sejam reveladas. Sabemos por exemplo que os bairros de Gramame, de Mangabeira e de Valentina tem uma grande área e dentro deles há desigualdades marcantes entre regiões que apresentam uma urbanização mais formalizada e com mais equipamentos urbanos de saneamento básico, calçamento das ruas, limpeza urbana, etc., assim como acesso aos Postos de Saúde da Família e às Unidades de Pronto Atendimento e aos hospitais do que outras

regiões. Mas esses números permitem uma visualização mais ampla do avanço da pandemia e podem ajudar no enfrentamento em lugares que mais padecem da garantia de direitos sociais.

# Democracia, Justiça Social e Direito à Cidade durante a pandemia

Ari Gledson Batista Ferreira

As cidades brasileiras têm enfrentado, desde a época colonial, diversos problemas de natureza urbanística e habitacional graças à crise da urbanização excludente agravada pelas desigualdades sociais, desencadeando problemas de larga escala, como a ausência de moradia, a especulação imobiliária de forma exorbitante, a ocupação residencial de áreas de risco ou de proteção ambiental e a subutilização de imóveis.

A situação enfrentada pelo Brasil nos últimos meses tem agravado, de maneira considerável, as desigualdades de caráter social, não só pela omissão preexistente de políticas públicas Estaduais capazes de promover maior justiça social, mas também em virtude da adoção das medidas de isolamento social necessárias. Em que pese tais medidas representarem uma das únicas formas de enfrentamento e contenção da pandemia causada pelo Covid – 19, retira daqueles cujo único recurso financeiro é o trabalho diário nas ruas, a chance de sequer alimentar-se.

A prática de criação dos espaços urbanos como mercadoria consubstancia a criação das cidades como uma espécie de negócio de fomentação e participação incisiva do capitalismo como provedor de meio e produto. No entanto, ainda que este mesmo espaço seja uma forma de acumulação do capital, revelando ações socioespaciais, cujo relacionamento se dá, historicamente, de forma direta com a divisão de classes sociais e, posteriormente com a desigualdade e opressão das mais fortes sobre as vulneráveis, instigando a acumulação de riquezas, mormente a concentração da propriedade privada, é também o lugar de realização da vida. Observados estes aspectos, percebe-se que, ocupações e autoconstruções, por exemplo, evidenciam formas que questionam e evidenciam as contradições do espaço tornado mercadoria. (CARLOS, 2017, p. 34)

Neste contexto, a eclosão da utopia do Direito à Cidade surge a partir dos conflitos e situações que seu processo de formação e constância se desenvolve. Asseveradas as mudanças que estes eventos trazem, nota-se o processo de alienação e a relação

intrínseca com o capitalismo, fomentando o surgimento da utopia do Direito à Cidade, acompanhado de uma gama de direitos institucionalizados pela normatividade, o que se constitui, indubitavelmente, como pressuposto para efetivação plena dos aspectos democráticos.

Tendo em vista a relação inerente entre justiça social e eficácia, assim como o olhar lançado não somente para o indivíduo isolado, mas também para a comunidade em que está inserido, percebe-se a justiça social imersa, essencialmente, em uma conjectura principiológica, de um ou mais princípios empregados na resolução de conflitos entre direitos, de forma que “a justiça social é uma aplicação particular de princípios justos e conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual” (HARVEY, 1980, p. 82).

De igual modo, a justiça social também guarda relação com o ideal democrático da sociedade moderna, fortemente marcada pela substituição da noção de honra pela noção de dignidade da pessoa humana, esta última dotada de caráter universal, igualitário e inerente a todos os seres humanos, inclusive, de natureza constitucional.

Assim, a promoção da justiça social não se limita apenas à justiça legal ou distributiva, uma vez que deixa de enfatizar a lei como meio de promoção e passa a lançar um olhar necessário para o indivíduo e a comunidade onde está inserido, lhe dando ainda o protagonismo necessário, já que ninguém poderia conhecer melhor seus problemas, especialmente em tempos lastimáveis como os que são enfrentados agora, a uma pela obscuridade da situação e falta de horizonte vislumbrados, a duas pelo descaso escancarado do executivo nacional, o que traz reflexos significativos às políticas públicas empregadas, e, parafraseando os ensinamentos insígnies de Paulo Freire, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.”

Não é audacioso dizer que, além do vírus, as cidades brasileiras têm fome!

Neste contexto, o estado da Paraíba editou, des-

de 13 de março deste ano, alguns instrumentos normativos, cujo conteúdo tratava de medidas de contenção e enfrentamento ao Covid – 19 em seu território. Dentre os Decretos, Editais e Informes, alguns merecem melhor atenção.

## 1. DECRETOS PERTINENTES

### Nº 40.167 – 04/04/2020:

Medidas sociais:

I - destinação de R\$ 2.340.000,00 para aumento de R\$ 15,00 no Programa Cartão Alimentação, por 90 dias, possibilitando que itens de higiene também possam ser adquiridos;

II - destinação de R\$ 1.750.000,00 para a aquisição emergencial de 20 mil cestas básicas e 5 mil kits de higiene e distribuição com carentes;

III - antecipação de R\$ 5.000.000,00 do Cofinanciamento Estadual, para repasse de recursos as gestões municipais de assistência social;

IV - antecipação R\$ 1.000.000,00 dos recursos do Projeto Acolher para atender as demandas emergenciais das Instituições de Longa Permanência pra Idosos – ILPIs;

V - aporte de R\$ 3.500.000,00 para projetos de Entidades de Assistência Social, para garantir trabalhos com a População em Situação de Rua.

### Nº 40.171 – 04/04/2020:

Adoção de medidas econômicas temporárias, dentre elas:

(...)

V - suspensão do corte de fornecimento de água, pela CAGEPA, por atraso de pagamento da cobrança de tarifa para consumidores residenciais, com consumo de até 10 metros cúbicos, por mês, pelo prazo de 90 dias;

## 2. EDITAIS

• EDITAL DE CHAMADA PUBLICA nº 001/SES/2020:

Convoca empresas do setor têxtil para o fornecimento de máscaras a serem distribuídas para população em situação de vulnerabilidade social e econômica;

Já o município de João Pessoa – PB, em 17/04/2020, publicou, através da Secretaria municipal de Desenvolvimento Social – SEDES, no semanário oficial (p. 15), um edital de chamamento público convocando profissionais da área da costura para a confecção de máscaras para uso por tra-

balhadores do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, usuários/beneficiários da política municipal de assistência social, população caracterizados como pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, com fins à contenção do contágio através do COVID – 19. O edital foi homologado apenas em 05/05/2020, conforme semanário oficial do dia 08/05/2020.

Outra medida adotada pela PMJP foi a aquisição de 20.882 (vinte mil, oitocentas e oitenta e duas) cestas básicas, kits de produtos de limpeza e kits de higiene pessoal para atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, agravada pelo COVID-19, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR (BR-L 1421), firmado entre o Município de João Pessoa e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, através do Pregão Eletrônico Nº 71004/2020.

O documento integra o Plano de Combate à Fome agravada pela situação do Corona Vírus no município, oportunidade em que visa beneficiar:

- Os moradores dos Conjuntos Habitacionais: Colinas de Gramame (432); Novo São José (336); Saturnino de Brito (400), Vista Alegre (1.132) e Vitória (72).

- Os residentes nas Comunidades: São Rafael (420), Cafoto/Liberdade (67), Santa Clara (400), Padre Hildon Bandeira (336), Tito Silva (285), Brasília de Palha (126), Vila Tambauzinho (22), Miramar (292), São José (700), Comunidade do S (460), Porto do Capim / Vila Nassau / XV de novembro / Frei Vital (408), Aratu (400), Maria de Nazaré – Funcionários II (500), Riacho/Riachinho –13 de Maio (210), Felipéia – Tambiá (41), Jardim Coqueiral –Mandacaru (760), Renascer – I Distrito Mecânico/Varadouro (90), Rio do Cabelo (42), Vitória no Altiplano (150), São Domingos (373), Quilombolas (200), Rabo da Gata em Muçumagro (150), Três Lagoas (100), Monte Cassino (350), Beira Molhada (30) e Rua do Cano (30).

- Áreas de Ocupação: Nelson Mandela (50), CREI Maiara Lima (50), Rua Elduras (50), Próximo ao Centro distribuição de medicamentos, Antiga unidade saúde Jardim Veneza e Jardim Mangueira.

Ainda, uma das ações que integram este plano faz menção à antecipação do procedimento de aquisição de equipamentos para a Defesa Civil “Antevendo a chegada iminente do período de chuvas mais intensas na cidade, que costuma provocar

privações à população residente em comunidades de baixa renda verificar a possibilidade da antecipação das aquisições de equipamentos, máquinas e veículos (aquáticos, aéreos não tripulados e terrestres) que apoiarão o Município com as ações de prevenção a desastres naturais e manutenção da zeladoria”, conforme esclarece o próprio plano, no intuito de minimizar as situações enfrentadas por estas famílias.

No entanto, com base nos textos já publicados neste boletim, a medida de antecipação de aquisição de equipamentos para a defesa civil não tem sido medida suficiente para conter os estragos provocados pelas chuvas às populações beira – rio, o que evidencia a negação de direitos básicos a uma população que já convive com a adversidade da desigualdade social.

#### REFERÊNCIAS:

- CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros De. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.



# Conclusões

Segundo informações colhidas pelo MPF-PB em reuniões com militantes de movimentos sociais, lideranças comunitárias, associações de grupos sociais ultra-precarizados, moradores de bairros segregados, as urgências em defesa da vida se avolumam ainda mais no período de chuvas, que se agrega às urgências do enfrentamento da pandemia do Covid-19. Entre as principais questões postas de combate à fome, à desinformação e pelo acesso a produtos de limpeza, higiene e proteção, se juntam as necessidades do abrigo, da reconstrução dos espaços de moradia afetados pelas enchentes ou de barracos de lona nas ocupações também afetadas por enchentes. Para as ocupações, a necessidade de lona para a reconstrução dos barracos passa a ser a primeira, ao lado das necessidades básicas já colocadas.

Um dos objetivos centrais das atividades do projeto de extensão é construir tanto ações quanto reflexões que coloquem em evidência a realidade vivida pelos grupos sociais que mais sofrem as desigualdades produzidas no processo de reprodução socioespacial brasileiro. A paisagem já evidencia muito dessas desigualdades, mas seus conteúdos reais só são apreensíveis quando o pensamento e a ação se aproximam das necessidades concretas das populações mais pobres e sem direitos. É preciso, ao mesmo tempo, denunciar a precarização e também evidenciar as contradições que reproduzem essa precarização. É esse movimento que estamos tentando realizar nesse projeto.

Em nossas próximas atividades a serem trabalhadas nesse período em que a luta e a reflexão se deparam com a necessidade de práticas emergenciais, buscaremos refletir mais sobre as necessidades postas pelos diversos grupos sociais que historicamente e ainda mais agora, não têm direitos sociais básicos conquistados. São os moradores das periferias, das favelas, das ocupações, das áreas de risco, assim como os catadores de material reciclado, as prostitutas, as travestis, os desempregados, ou seja, uma grande parcela da classe trabalhadora que luta pela sobrevivência nesse momento com ainda mais dificuldades em relação às que já existem em tempos sem pandemia e sem enchentes. Os desafios que se colocam no horizonte exigem uma prática social que possa entender a realidade a partir das necessidades de quem vive a precarização da vida de forma mais profunda para que a prática da transformação e da emancipação possa ser realmente concreta.

**Projeto de Extensão “Direito à Cidade e as lutas pelo espaço urbano: necessidades radicais e utopia” (PROBEX/UFPB, 2020)**

**Professores participantes:** Alexandre Sabino do Nascimento, Arlete Moysés Rodrigues, Doralice Sátyro Maia, Glenda Dantas Ferreira e Rafael Faleiros de Padua (coordenador).

**Aluna bolsista:** Maria Tatiana Pinho da Silva Santos.

**Alunos voluntários:** Ari Gledson Batista Ferreira, Francisco Dantas Gadelha Júnior, Lucas Gabriel Feitosa Dantas.

**Representantes de entidades parceiras:** Roberto Guilherme, Joabson da Silva Porto.

**Entidades participantes:** GEURB-UFPB, FERURB-PB, MPF-PB, FDDHMMA.